



## **GESTÃO SOCIAL: Contexto e campo científico no Brasil**

**Ana Lúcia Suarez Maciel<sup>1</sup>  
Erica M. Bomfim Bordin<sup>2</sup>**

### **RESUMO**

O artigo aborda o tema da Gestão Social, a partir da sua contextualização na realidade brasileira, objetivando-se problematizar a forma como esta categoria teórica vem sendo apropriada pela comunidade científica, o que incide na sua interface com o debate acerca das Políticas Públicas. Para tanto, são sistematizadas as concepções de gestão social, presentes na produção de conhecimento, com base no mapeamento e análise documental da mesma; identificadas as áreas mais incidentes nessa produção, bem como as redes e grupos de pesquisa existentes no país, através de um mapeamento feito em fontes secundárias.

**Palavras-chave:** Gestão Social. Produção de Conhecimento. Políticas Públicas.

### **ABSTRACT**

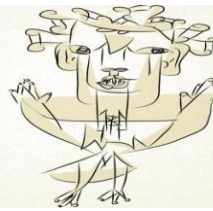
The article addresses the issue of Social Management, from its context in the Brazilian reality, aiming to discuss how this theoretical category has been appropriated by the scientific community, particularizing at the interface with the Public Policy. To do so, are systematized the conceptions of social management, present in the production of knowledge about the same; the highest incidence areas identified in this production, as well as networks and research groups, through a mapping done in secondary published sources.

**Keywords:** Social Management. Knowledge Production. Public Policy.

---

<sup>1</sup> Doutora. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). E-mail: ericabomfimbordin@gmail.co

<sup>2</sup> Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS).



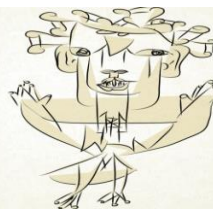
## 1. INTRODUÇÃO

A gestão social contemporânea, na realidade brasileira em particular, vem colocando em posição de destaque a relação entre o Estado e a sociedade civil. Essa constatação decorre da dinâmica que se processa entre as iniciativas públicas estatais e a crescente incidência da sociedade civil organizada nas instâncias de participação e trato das demandas sociais. Esse fenômeno tem sua gênese no final dos anos 1980, com iniciativas que se propõem a fomentar a gestão de forma descentralizada e compartilhada, num claro esforço em explicitar que a centralidade da mesma na figura exclusiva do Estado que, historicamente, foi o principal responsável pela gestão pública, vinha sendo alterada pela composição e atuação de novos sujeitos e organizações sociais, considerando-se os processos de democratização da sociedade brasileira e a redefinição dos modelos de gestão pública.

Concomitantemente, na esteira destas iniciativas, se identificam os movimentos contra reformistas que defendiam a minimização do Estado e a crescente participação da sociedade civil nas demandas e necessidades sociais. E, dialeticamente, os movimentos pela defesa da participação democrática e participativa da causa pública. Essas iniciativas foram acompanhadas, igualmente, pela comunidade científica que passou, a partir da década de 90 do século XX, a tomar esta realidade como objeto de estudos e pesquisas, fazendo avançar a apropriação teórica da mesma.

A partir dessa realidade, o artigo aborda o tema da Gestão Social com o objetivo de problematizar a forma como esta categoria teórica vem sendo apropriada pela comunidade científica, com a seguinte estrutura: num primeiro item, se apresenta a sua contextualização na realidade brasileira, num esforço de resgate da sua historicidade e dinâmica. Num segundo item, se problematiza a forma como esta categoria teórica vem sendo apropriada pela comunidade científica. Para tanto, são sistematizadas as concepções de gestão social, presentes na produção de conhecimento acerca da mesma; identificadas as áreas mais incidentes nessa produção, bem como as redes e grupos de pesquisa, através de um mapeamento feito em fontes secundárias de acesso público. Por fim, se apresenta algumas conclusões que sinalizam a importância da apropriação e do adensamento do tema.

## 2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA GESTÃO SOCIAL E A SUA EMERGÊNCIA COMO OBJETO DE ESTUDO



Para compreendermos a gestão social que se configura na realidade brasileira atual é imprescindível que a conceituemos, pois neste artigo partimos do entendimento de que a gestão social é um processo dialético que, a partir de uma trajetória histórica, conceitual, regulatória e de incidência de múltiplos atores, configura-se de forma plural; portanto, reveladora de disputas, contradições e mediações pela sua conformação contemporânea.

Podemos destacar e problematizar a gestão social, na seguinte perspectiva: é pública, ou seja, de acesso universal e garantido na forma de lutas sociais que viabilizaram a constituição dos direitos sociais, sendo papel do aparato estatal a garantia do seu acesso, através das políticas sociais públicas; é voltada para as demandas e necessidades dos cidadãos (CARVALHO, 1999). O que nos faz perguntar: Em que medida as políticas sociais brasileiras tem garantido as demandas sociais?

Constatamos que as ações que, efetivamente, são construídas pelo Estado brasileiro atual não mais se constituem na perspectiva da garantia universal dos direitos, pois o que se vê é o trato residual das demandas dos cidadãos, a fragilidade financeira das políticas sociais e o contorno de uma articulação entre o Estado, as empresas e a Sociedade Civil.

Nesse contexto emerge um modelo de gestão social onde as ações sociais públicas passam a ser operadas por agentes que são oriundos de outros setores da sociedade, basicamente, privados. Tal deslocamento aponta uma forma de atuação da esfera estatal que vem redefinindo o que, até então, entendíamos por ação pública. É o que Carvalho (1999) vai denominar de Gestão Social Emergente. Este modelo de gestão altera os padrões de governança e de governabilidade, pois ao mesmo tempo em que uma carta constitucional impõe um modelo de Estado nos moldes keynesianos, em crise nos países desenvolvidos; o movimento internacional preconiza um Estado-Mínimo pautado pela lógica econômica neoliberal. Ou seja, articula-se um movimento político e econômico externo e, também, interno, pois o Estado precisa acompanhar *pari passu* a globalização e a internacionalização do capital, paralelamente, é pressionado, pelos movimentos sociais e políticos, a instaurar um modelo de gestão, oriundo das premissas da Constituição de 1988, que viabilize a descentralização, via municipalização, das políticas públicas e gesta novas relações na governança local. O que, devido à crise financeira do Estado, demandará novos financiadores que, especialmente, na área social decorrerão das organizações internacionais e/ou das organizações privadas (empresas e sociedade civil).

As décadas de 1980/1990 foram paradigmáticas e paradoxais no encaminhamento de uma nova configuração para o cenário político, econômico e social brasileiro. O paradoxo está na relação entre os avanços sociais, ampliação dos processos democráticos, e centralidade da matriz econômica em detrimento da social. Todas as garantias constitucionais que foram consubstanciadas



em legislações ordinárias posteriores passaram a ser alvo de desmonte pelos governos que sucederam pós Constituição de 1988. O Estado, nesse contexto, foi máximo para os interesses privado e mínimo para as demandas por políticas sociais para o povo (COUTO, 2006).

É sabido que os governos que se encarregaram de implementar a Constituição o fizeram de forma insuficiente, ou melhor, numa perspectiva oposta ao ideário da mesma. A reforma do Estado, efetivada no Governo Fernando Henrique Cardoso, é um exemplo disto, tendo sido traduzida pelo Plano Diretor da Reforma do Estado que é reconhecido como o documento que sintetiza a fase áurea do neoliberalismo no país (apesar de se autodenominar de “projeto social-liberal”).

A gestão social que o Estado brasileiro passou a adotar, a partir da última década do século XX, tem demonstrado que há uma clara opção por partilhar as demandas sociais que emergem da questão social junto aos demais setores da sociedade. Um claro exemplo dessa partilha residiu na criação, em 1995, da organização denominada Comunidade Solidária<sup>3</sup>, que naquele período se colocou de forma paralela à Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS<sup>4</sup>, e que, no conjunto das suas ações, efetivou práticas que legitimaram os setores que não compõem o aparato estatal.

Foram claros os movimentos comandados por essa organização, no sentido do fortalecimento jurídico-institucional dos demais setores, expressos, fundamentalmente, na aprovação de legislações. Do ponto de vista da regulação jurídica, destaca-se nessa trajetória histórica, o **Código Civil** de 2002 que consigna serem pessoas jurídicas de direito privado interno (art. 41), não só a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, mas também os territórios, as Autarquias e as demais entidades de caráter público criadas por lei – mesmo que tenham estrutura de direito privado, podendo resultar em isonomia de tratamento (RODRIGUES, 2003).

Quanto às regulações, a partir do Plano de Reforma do Estado, foi estabelecido um marco legal e regulador referente às ações entre o Estado e as organizações da sociedade civil prestadoras de serviços sociais, principalmente entre os anos de 1998 e 1999, com leis voltadas para duas modalidades: as organizações sociais e das organizações da sociedade civil de interesse público (SILVA, 2004).

Nesse sentido, na legislação vigente, são encontradas para as organizações da sociedade civil prestadoras de serviços sociais, o **certificado de entidade beneficente de assistência social – CEBAS** (Lei 12101/2009), e as duas qualificações criadas na década de 1990, **organizações da sociedade civil de interesse público** (Lei 9790/99) e **organizações sociais** (Lei 9637/98). Ainda no governo FHC, outra questão que se

<sup>3</sup> Ao leitor interessado em aprofundar o tema, sugerimos consultar a obra de Maria Ozanira da Silva e Silva (2001).

<sup>4</sup> Legislação (Lei nº 8742/93) referente a gestão da política da assistência social na esfera pública.



legitimou, diz respeito à Lei 9.608 / 98 que dispõe sobre o **serviço voluntário**, buscando trazer segurança e certeza na relação jurídica do trabalho voluntário.

No Plano de Reforma do Estado, há uma concepção do Estado no sentido de aumentar a sua governança nos marcos próprios da democracia representativa, com um enfoque que limita a participação da sociedade civil, entendida no texto quer pelo ângulo dos serviços que são atinentes ao mercado, quer pelo ângulo dos serviços não exclusivos em que se propõem formas de parceria. Porém, busca-se uma valorização de uma democracia social ampliada, com acento na extensão da cidadania e na mobilização da sociedade civil para que exerça um controle social sobre o Estado (Raichelis e Wanderley, 1998).

O sentido último da “reforma” proposta pelo governo FHC não apontou:

para a transformação do Estado num espaço público democraticamente controlado, na instância decisiva da universalização dos direitos de cidadania, mas (*visou*) submetê-lo ainda mais profundamente à lógica do mercado. Trata-se, na verdade, de uma “contra-reforma”, que tem dois objetivos prioritários: por um lado, em nome da “modernização”, anular as poucas conquistas do povo brasileiro no terreno dos direitos sociais, e, por outro, em nome da “privatização”, desmontar os instrumentos de que ainda dispúnhamos para poder nos afirmar como nação soberana em face da nova fase do imperialismo, da “mundialização do capital” (COUTINHO, 2000, p. 123).

É importante referir que os anos de 2011 a 2014 apresentam avanços significativos na regulação da atuação dessas organizações, tendo em vista o movimento nacional pelo marco regulatório<sup>5</sup> dessas entidades, com a criação da lei 13.019/2014 que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias entre as organizações sociais e a administração pública alterando as legislações anteriores.

Vemos, portanto, que no âmbito da gestão social o principal desafio que se coloca é referente à concepção de Estado, de direitos sociais e do caráter público das ações sociais que não se limita à ação estatal, ao propor-se a partilha com os demais agentes que compõem o espaço social, quais sejam: as empresas e a sociedade civil.

A orientação do governo de Lula não alterou, significativamente, a política econômica, a reforma tributária e a reforma previdenciária do governo anterior. “O novo governo viu-se diante de circunstâncias adversas, em parte herdadas dos anteriores, em parte impostas pelo próprio sistema político e administrativo brasileiro, e em parte derivadas da estrutura econômica e financeira do capitalismo globalizado”. Foi feita uma opção pela cautela e pela governabilidade, que também representou “o ingresso do PT no universo da esquerda não-revolucionária: da esquerda que deseja justiça, democracia e reformas graduais, não mais o fim do capitalismo” (NOGUEIRA, 2004, p. 27).

Podemos dizer que, alguns elementos do processo de reforma do Estado descrito foi alterado a partir do início do governo Lula, principalmente no que diz respeito ao

---

<sup>5</sup> Informações disponíveis em: <http://plataformaosc.org.br/>



fortalecimento dos aparelhos estatais e das políticas sociais. Acreditamos que a complementaridade entre as organizações da sociedade civil e o Estado pode ser, no Brasil, uma grande via de criação de um espaço público não-estatal, porém, marcada pela contradição, ou seja, sendo pautado pela substituição (do Estado pelas OSC), ou através da complementaridade, pois, segundo Santos (1999) só o princípio do Estado pode garantir um *pacto político de inclusão* que assente na cidadania. Quanto à atual configuração da gestão social do governo de Dilma Roussef, entendemos que a mesma tem mantido as premissas do governo progressivo (Lula da Silva), ou seja, uma gestão compartilhada entre setores.

A complementaridade e a parceria da sociedade civil com o Estado, em relação às políticas públicas, requer o reconhecimento crítico de que a mesma pode vir marcada por diferentes interesses, o que revela o caráter contraditório da mesma. De um lado, ela pode ser usada como estratégia do Estado para a implantação do ajuste neoliberal que exige o encolhimento das suas responsabilidades sociais; de outro lado, como parte de um projeto “participatório”, construído a partir dos anos 80 do século XX, ao redor da extensão da cidadania e do aprofundamento da democracia (DAGNINO, 2002). Neste sentido, o protagonismo do campo científico se torna fundamental para contribuir com o desvelamento desse contexto e da sua análise crítica.

### **3. O CAMPO CIENTÍFICO DA GESTÃO SOCIAL NO BRASIL: REDES, GRUPOS DE PESQUISA E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM FOCO**

A Gestão Social como verificamos no item anterior é um conceito em construção, com necessidade de adensamento teórico, mas que já conta com produções nessa área, mesmo que muito distintas, dependendo das representações sociais e dos projetos societários que estão vinculadas. Neste artigo, trazemos alguns conceitos de dois campos do conhecimento que se destacam no debate do tema: um vinculado à Administração, mas que tem a preocupação de adequar às ferramentas dessa área do saber à área social – dentre estes, optamos por debater as contribuições de Dowbor (1999; 2006), Tenório (2001; 2002; 2004; 2008) e Fisher (2002). O outro vinculado ao Serviço Social, que se propõe a realizar uma leitura crítica da realidade, construindo o conceito de Gestão Social de modo articulado ao projeto ético político profissional da área, em que a democracia é assumida como valor ético-político central, na medida em que é considerada o único padrão de organização político-social capaz de assegurar a compreensão dos valores essenciais da liberdade e da igualdade.



A fim de sistematizarmos as contribuições dos autores, em seus diferentes pensamentos acerca do conceito de Gestão Social, passamos a descrevê-los, além do conceito, destaca-se a ênfase, a partir da interpretação de Bordin (2013, p. 46).

Dowbor enfatiza a Gestão Social como 'Gestão de estratégias e processos, visando à transformação da sociedade', ou seja, como processo em que a dimensão social se torna um dos componentes essenciais do conjunto da reprodução social, incorporando "nas decisões empresariais, ministeriais, comunitárias ou individuais, as diversas dimensões e os diversos impactos que cada ação pode ter em termos de qualidade de vida" (2006, p.10), e a atividade econômica passa a ser um *meio*, e o bem-estar social o *fim*, em que se faz necessário "repensar formas de organização social e a redefinir a relação entre o político, o econômico e o social" (DOWBOR, 2006, p.16).

Para Fischer, o campo de gestão social, ou de gestão do desenvolvimento social, é um reflexo das práticas e do conhecimento construído por múltiplas disciplinas, delineando-se uma proposta multiparadigmática, de natureza interdisciplinar. Como as ações mobilizadoras partem de múltiplas e tem muitas direções, as dimensões praxiológica e epistemológica estão entrelaçadas. Aprende-se com as práticas, e o conhecimento se organiza para iluminar a prática (2006, p. 797). A autora compreende a Gestão social como o campo do desenvolvimento - processo social, a partir de múltiplas origens e interesses, mediados por relações de poder, de conflito e de aprendizagem.

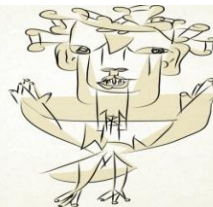
Maia (2005), trabalha Gestão Social na perspectiva da Gestão de estratégias e processos que respondam à questão social:

(...) gestão social como um conjunto de processos sociais com potencial viabilizador do desenvolvimento societário, emancipatório e transformador. É fundada, nos valores, práticas e formação da democracia e da cidadania, em vista do enfrentamento às expressões da questão social, da garantia dos direitos humanos universais e da afirmação dos interesses e espaços públicos como padrões de uma nova civilidade. Construção realizada em pactuação democrática, nos âmbitos local, nacional e municipal; entre os agentes das esferas da sociedade civil, sociedade política e da economia, com efetiva participação dos cidadãos historicamente excluídos dos processos de distribuição das riquezas e do poder (p.78).

Os autores que compreendem a Gestão Social, no âmbito da Gestão das políticas sociais, sustentam que essa relação se expressa da seguinte forma:

(...) um conjunto de estratégias voltadas à reprodução da vida social no âmbito privilegiado dos serviços – embora não se limite a eles – na esfera do consumo social, não se submetendo à lógica mercantil. A gestão social ocupa-se, portanto, da ampliação do acesso à riqueza social – material e imaterial -, na forma de fruição de bens, recursos e serviços, entendida como direito social, sob valores democráticos, como equidade, universalidade e justiça social (SILVA, 2004, p.32).

Se trata da gestão das ações sociais públicas, sendo que a gestão do social é a gestão das demandas e necessidades dos cidadãos. E as respostas a essas demandas e necessidades são as políticas sociais, os programas e projetos sociais. A gestão social tem um compromisso, com a sociedade e com os cidadãos, de assegurar por meio das políticas e programas públicos o acesso efetivo aos bens, serviços e riquezas societárias. Por isso mesmo, precisa ser estratégica e consequente (CARVALHO, 1999, p.28).



E por fim, temos autores que a vinculam com a Gestão das Organizações, tais como Tenório (2002) e Cabral (2007), onde a gestão social é entendida como:

(...) processo gerencial dialógico em que a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação (ação que possa ocorrer em qualquer tipo de sistema social – público, privado ou de organizações não-governamentais). O adjetivo social qualificando o substantivo gestão será entendido como o espaço privilegiado de relações sociais no qual todos têm o direito à fala, sem nenhum tipo de coação (TENÓRIO, 2008, p. 158).

(...) o processo de organização, decisão e produção de bens públicos de proteção social, que se desenvolve perseguindo uma missão institucional e articulando os públicos constituintes, envolvidos em uma organização que tende a incorporar atributos do *espaço público não estatal*, na abordagem que faz da questão social. Esses atributos são os elementos que, de forma coordenada e convergente, devem ser observados e tomados como parâmetros no desenvolvimento do processo de gestão (CABRAL, 2007, p.134).

Na perspectiva dos autores citados, a Gestão Social não tem por si só potencial de transformar a sociedade, mas ela também não se limita à gestão das políticas sociais ou das organizações.

Num esforço de adensamento desse conceito, encontramos no início do século XXI, os avanços mais significativos da incorporação da temática da Gestão Social no Brasil, que se materializou com a criação da **Rede de Pesquisadores em Gestão Social (RGS)**, no ano de 2003, em São Paulo (FGV/EAESP), na qual alguns pesquisadores discutiram sobre a criação de uma rede ou de uma associação em torno de temáticas afins com a gestão social.

No ano de 2006, a RGS mobilizou pessoas, grupos de pesquisa e organizações em torno do debate e reflexão sobre experiências em gestão social, em um encontro nacional (referimo-nos ao **Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social - ENAPEGS**). De lá para cá (2014), já foram realizados oito Encontros, o que evidencia o protagonismo dessa Rede que, também, promove reuniões e fóruns; edita revistas científicas, publica livros e executa diversos projetos articulando grupos de pesquisa e pesquisadores relacionados aos temas afins da Gestão Social. Ao analisarmos os Anais e publicações decorrentes desses encontros, utilizando o descritor 'gestão social' no título dos trabalhos, contabilizando o número desses em relação ao total de textos. Nesse sentido, podemos perceber que os textos que trazem em destaque a categoria gestão social são a minoria, conforme se constata no quadro a seguir.

**Quadro 1 – Ano, Tema e Anais dos ENAPEGS.**

Nº	Ano	Tema	Trabalhos	Acesso aos Anais
I	2007	Gestão Social: Práticas em debate e teorias em construção	Total de textos = 12 Descritor GS <sup>6</sup> = 6	Publicação do Livro "Gestão social: Práticas em debate, teorias em construção"

<sup>6</sup> Descritor Gestão Social no título de cada texto.





II	2008	Os Desafios da Formação em Gestão Social	Total de textos = 21 Descritor GS = 7	Publicação do Livro “Os Desafios da Formação em Gestão Social”
III	2009	Gestão Social e Políticas Públicas de Desenvolvimento: Ações, Articulações e Agenda	Total de textos = 20 Descritor GS = 8	Publicação do Livro “Gestão Social e Políticas Públicas de Desenvolvimento: Ações, Articulações e Agenda”
IV	2010	Gestão Social e Gestão Pública: Interfaces e Delimitações	Total de artigos = 110 <sup>7</sup> Descritor GS = 11	<a href="http://anaisenapeg.com.br/2010/">http://anaisenapeg.com.br/2010/</a>
V	2011	Gestão social como caminho para a redefinição da esfera pública	Total de artigos = 63 <sup>8</sup> Descritor GS = 9	<a href="http://anaisenapeg.com.br/2011/">http://anaisenapeg.com.br/2011/</a>
VI	2012	Gestão Social: Mobilização e Conexões	Total de artigos = 185 Descritor GS = 27	<a href="http://anaisenapeg.com.br/2012/">http://anaisenapeg.com.br/2012/</a>
VII	2013	Territórios em Movimento: Caminhos e Descaminhos da Gestão Social e Ambiental	Total de textos = 122 <sup>9</sup> Descritor GS = 24	<a href="http://www.anaisenapeg.com.br/2013/">http://www.anaisenapeg.com.br/2013/</a>
VIII	2014	Gestão Social e Interdisciplinaridade: construindo novas pontes e expandindo fronteiras	Total de textos = 171 Descritor GS = 14	<a href="http://anaisenapeg.com.br/2014/">http://anaisenapeg.com.br/2014/</a>

Fonte: Sistematizado pelas autoras.

Atualmente, a RGS conta com uma página na internet ([www.rgs.wiki.br](http://www.rgs.wiki.br)) que permite a construção colaborativa e, através dela, são promovidos os ENAPEGS, apresentados os núcleos e os projetos realizados em comum pelos pesquisadores a ela associados.

No que se refere aos **Grupos de Pesquisa** existentes no Brasil, ao realizarmos a busca exata do termo “Gestão Social” no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq (<http://lattes.cnpq.br/web/dgp>) foram encontrados 35 grupos, com o predomínio da área da Administração (23 grupos), a sua maioria localizada na região sudeste (15) e em instituições de ensino superior públicas federais (22). O quadro, a seguir, apresenta a síntese deste mapeamento, onde se constata já na década de 80, do século XX, a criação do primeiro Grupo de Pesquisa. Entretanto, o século XXI demarca a criação mais significativa desses grupos, particularmente, a partir de 2007. Os grupos de pesquisa concentram-se na área de conhecimento da Administração, em Universidades Públicas e na Região Sudeste, seguida pela Região Nordeste.

**Quadro 2 – Síntese do Grupos de Pesquisa sobre Gestão Social no Brasil**

IES Público / Privado	Região	Ano	Área Predominante
Pública Federal – 22	Norte - 5	1983 – 1 1991 – 1	Administração – 23
Instituto Federal de Educação - 2	Nordeste - 10	1998 – 2 2002 – 1	Educação – 4

<sup>7</sup> Não contabilizamos os Relatórios de IC / TCC (15); nem os Relatos de Experiências (7).

<sup>8</sup> Não contabilizamos os Relatórios de IC / TCC (6); nem os Relatos de Prática (16).

<sup>9</sup> Não contabilizamos os Relatórios de IC / TCC (13); nem os Relatos de Experiências (20).



Pública Estadual – 2	Centro-Oeste - 1	2003 – 2	Serviço Social – 4
Privada – 9	Sudeste - 15	2004 – 1	Engenharias – 2
	Sul – 4	2006 – 1	Sociologia – 1
		2007 – 3	Planejamento Urbano e Regional – 1
		2008 – 4	
		2009 – 3	
		2010 – 4	
		2012 – 7	
		2013 – 3	
		2014 – 2	

**Fonte:** Sistematizado pelas autoras

Na busca feita no Banco de Teses e Dissertações da CAPES (<http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>), onde buscamos o termo “Gestão Social” no título, no resumo e nas palavras-chave dos trabalhos de pós-graduação do país, do período que os mesmos se encontram disponíveis (2010 a 2014), foram indicados inicialmente 213, porém, destes apenas 69 traziam o termo ‘gestão social’: Quanto ao ano de produção: 35 são de 2011 e 34 de 2012; Quanto ao tipo de formação: 34 de Mestrados Acadêmicos, 27 de Mestrados Profissionais e 08 de Doutorado; Quanto às áreas do conhecimento: 24 trabalhos são das áreas Sociais e de Humanidades; 25 da Administração; 5 do Serviço Social; 4 da Economia; 3 da Sociologia; 3 das Engenharias; 2 da Geografia; 1 da Ciência da Informação; 1 das Ciências Ambientais e 1 do Meio Ambiente e Agrárias.

A partir da leitura dos resumos, conseguimos identificar 25 trabalhos que em alguma medida se assemelham na perspectiva dada pelas autoras no trato da categoria Gestão Social. Os demais, assim como nas outras fontes de pesquisa já descritas, trazem no cerne das discussões os seguintes temas: Gestão Social como sinônimo de Gestão Pública, Democrática e Participativa; Gestão de Políticas Públicas; Desenvolvimento Comunitário / Desenvolvimento Local; Gestão / Desenvolvimento de Territórios; Gestão do Conhecimento; Sustentabilidade / Desenvolvimento Sustentável; Gestão de Cooperativas e Economias Solidárias; Gestão Ambiental; Desenvolvimento Agrário / Rural; e Desenvolvimento Gerencial.

No que se refere à produção de conhecimento relacionada à temática da Gestão Social, destacamos o periódico intitulado **Cadernos Gestão Social (CGS)** (<http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/cgs/issue/archive>), criado em 2007, pelo Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social (CIAGS), da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (EA/UFBA). Desde o final de 2011, mesmo mantendo-se vinculada institucionalmente ao CIAGS/EA/UFBA, os CGS assumem uma nova proposta editorial, com uma publicação semestral em parceria com a RGS. Até o ano de 2013, 4 volumes foram editados, com 62 produções socializadas no mesmo, sendo desses 55 artigos. Dos artigos públicos no referido periódico, foram encontrados, utilizando o descritor “Gestão Social”, 18 artigos.



Ainda no âmbito da produção de conhecimento, ao buscarmos no site do **SciELO** (<http://www.scielo.org/php/index.php>), no mês de maio de 2014, utilizando os seguintes descritores: “Gestão Social” em todos os índices, idioma português e artigos publicados no Brasil, constatamos que 15 periódicos possuem produções sobre o tema; somando 37 artigos que utilizam o termo ‘Gestão Social’, datados entre os anos de: 1999 (1); 2003 (1); 2005 (1); 2006 (3); 2007 (1); 2008 (2); 2009 (3); 2010 (2); **2011 (10)**; **2012 (6)**; 2013 (3); e 2014 (4). Nessa base de dados, fica evidente a gênese da categoria, inaugurada por Dowbor em 1999, e – o que se confirma nas outras fontes pesquisadas – que foi nos anos de 2011 e 2012 a auge das produções.

Entre esses, através da leitura dos resumos, selecionamos os que traziam uma abordagem semelhante a das autoras, e classificamos os enfoques: Discussão Conceitual (6); Práticas Sociais (2); Campo de Estudo / Produção do Conhecimento (2); Processos Organizacionais (4), somando 14 trabalhos. Os conceitos encontrados nos artigos registrados na SciELO, e que servem de referência para a elucidação do termo gestão social, são, em sua maioria, dos autores Dowbor, Tenório e Fischer que, para além das suas produções, são citados em artigos de outros autores.

Nota-se que ao abordar o tema gestão social as produções remetem a um vasto campo teórico-prático que convergem diversos atores sociais, áreas de conhecimento distintas permeadas pelo diálogo interdisciplinar que buscam o desenvolvimento de novas práticas sociais com ênfase nos processos democráticos voltados para a intervenção social em determinada realidade.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A configuração da Gestão Social no Brasil vem se processando no contexto das relações contraditórias entre o Estado e a Sociedade Civil. Elas evidenciam que estamos diante da emergência e proliferação de experiências de construção de novos *espaços públicos*, tanto no interior da sociedade civil, quanto nas instâncias estatais. Logo, os interesses que movimentam tais experiências provêm de múltiplos interesses, mas para que se constituam como *públicos* será preciso abandonar os interesses privativos, partidários e corporativistas, tendo em vista que:

O compromisso ético e a opção pelo desenvolvimento de propostas que tenham por base o protagonismo da sociedade civil exige uma clara vontade política das forças democráticas organizadas para a construção de uma nova sociedade e de um espaço público diferente do modelo neoliberal, construído em cima de exclusões e injustiças. É preciso que se respeitem os direitos de cidadania e se aumentem progressivamente os níveis de participação democrática de sua população. Esses níveis se expressam em espaços públicos, consolidados em instituições que dêem forma (...) ao exercício da participação cidadã (GOHN, 2005, p.113).



Nesse sentido, reforçamos que a relevância de um campo científico fortalecido e interdisciplinar que seja capaz de apreender: - a dimensão econômica que as organizações da sociedade civil têm apresentado; - a valorização da associação de pessoas que demandam valores e direitos, sob uma lógica que se diferencia de expressões do poder do Estado ou do mercado, mas que com eles dialogam; - o interesse teórico que a categoria *público* revela, por ser entendida como expressão da natureza participativa e de disponibilidade dos instrumentos, para usufruto de bens e serviços (CABRAL, 2007).

Acrescentamos a esses aspectos citados acima, o interesse e compromisso político, no sentido de poder dar visibilidade à constituição da categoria '*público*' e como ela tem transformado (produção e reprodução) as relações sociais, no âmbito da temática estudada.

Finalizamos este artigo, sublinhando que se as experiências em Gestão Social são recentes e permanecem sendo disputadas politicamente, tal realidade se projeta no campo científico, pois o seu conceito permanece em construção, o que requer pesquisadores comprometidos – intelectual e politicamente - com este objeto de estudo, tendo em vista a particularidade que o trato desta categoria teórica requer.

## 5. REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Edilson Tavares de. *Gestão Social*. In: BOULOSSA, Rosana de Freitas (Org.). *Dicionário para a formação em Gestão Social*. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. P.85-90.
- BORDIN, Erica Bomfim Bordin. *A Gestão Social no contexto das organizações da sociedade civil: desafios para efetivação da cidadania*. Cadernos Gestão Social. v.4, n.1, jan./ jun. 2013.
- CABRAL, Eloisa Helena de Souza. *Terceiro Setor: gestão e controle social*. São Paulo: Saraiva, 2007.
- CANÇADO, A. C.; TENÓRIO F. G.; PEREIRA, J. R. *Gestão social: reflexões teóricas e conceituais*. Cadernos EBAPE.BR, v. 9, n. 3, p. 681-703, 2011.
- CANÇADO, Ailton Cardoso. *Gestão Social*. In: BOULOSSA, Rosana de Freitas (Org.). *Dicionário para a formação em Gestão Social*. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. P.80-84.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. *Gestão Social: alguns apontamentos para o debate*. In: *Gestão Social - uma questão em debate*. São Paulo: EDUC-IEE, 1999.
- DAGNINO, Evelina (Org). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002
- DOWBOR, Ladislau. *A gestão social em busca de Paradigmas*. In: *Gestão Social - uma questão em debate*. São Paulo: EDUC-IEE, 1999.
- DOWBOR, Ladislau. *Gestão Social e transformação da sociedade*. Disponível em: <<http://www.dowbor.org>>. Acesso em: Set. 2006.
- FISCHER, Tânia. *Poderes locais, desenvolvimento e gestão: introdução a uma agenda*. In: . (Org.). *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador: Casa da Qualidade, 2002. p. 12-32.



FISCHER, Tânia et al. *Perfis visíveis na gestão social do desenvolvimento*. RAP – Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro 40 (5). P. 789-808, Set. / Out. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n5/a03v40n5.pdf>. Acesso em: Maio. 2014.

MAIA, Marilene. *Práxis da gestão social nas organizações sociais: uma mediação para a cidadania*. Tese de Doutorado em Serviço Social. Porto Alegre: PUCRS / Faculdade de Serviço Social, 2005.

MACIEL, Ana Lúcia Suarez, BORDIN, Erica M. do Bomfim (Org.). *A face privada na gestão das políticas públicas [recurso eletrônico]*. Porto Alegre: Fundação Irmão José Otão, 2014.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*. São Paulo: Cortez, 2004.

RICO, Elizabeth de Melo & RAICHELIS, Raquel (Orgs.). *Gestão Social: uma questão em debate*. SP: EDUC, 1999.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.). *O Comunidade Solidária: o não-enfrentamento da pobreza no Brasil*. SP: Cortez, 2001.

SILVA, Ademir Alves da. *A gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e o mercado*. São Paulo: Cortez, 2004.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (Org). *Gestão de ONGs: principais funções gerenciais*. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001

TENÓRIO, Fernando Guilherme (Org). *Gestão Social: metodologia e casos*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. *Um espectro ronda o Terceiro Setor, o espectro do mercado: ensaios de gestão social*. 2º ed. rev. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. *A trajetória do Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS)*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n6/11.pdf>.> Acesso em: Jun. 2008.